

Edição fechada em 5 de junho de 2013

Boletim do Sepe

Rede Municipal/RJ

Especial
EDUCAÇÃO INFANTIL



Sou AAC, sou do Sepe, sou de luta!

Manifestação da rede municipal em frente à prefeitura, no dia 22 de maio, pede a retirada do PL 1565

Agentes auxiliares de creches mobilizados por valorização profissional

Está tramitando na Câmara de Vereadores o Projeto de Lei 1565 que cria o cargo de agente de apoio à educação e extingue o cargo de agente auxiliar de Creche. O projeto foi enviado no dia 12 de dezembro de 2012 pelo prefeito Eduardo Paes, já que a criação de cargos na administração municipal é atribuição exclusiva do Executivo.

Segundo o regulamento da Câmara de Vereadores, o PL 1565, para ser levado ao plenário para votação, precisa antes passar pela análise de algumas comissões parlamentares e obter um parecer favorável. Caso o parecer seja contrário ou considere a

proposta inconstitucional, o projeto pode ser arquivado.

Até o momento, o PL 1565 já passou pelas Comissões de Justiça e Redação, Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Educação e Cultura, Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira. Todas estas comissões deram pareceres favoráveis, que foram publicados no dia 13/12/2012, no Diário Oficial da Câmara.

Esta aprovação das comissões para o projeto do prefeito é um erro grave, uma vez que, no mínimo, a Comissão de Educação e Cultura, presidida na

época pelo vereador Paulo Messina, deveria ter se posicionado contrária. Afinal, agentes auxiliares de creche sofrem desvalorização desde que assumiram suas matrículas: dupla função, péssimas condições de trabalho, baixos salários.

Agora, o projeto está na ordem do dia e pode ser votado a qualquer momento.

Por esta razão, um dos eixos da mobilização da rede municipal em 2013, juntamente com as reivindicações de reajuste de 19%, plano de carreira unificado e melhores condições de trabalho, é a retirada do PL da votação.

Só a luta pode garantir nossos direitos

Na cidade dos megaeventos, o amanhã não chega nunca

No Rio de Janeiro, as creches deixaram de ser atribuição da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (atual Secretaria Municipal de Assistência Social) e passaram para a Secretaria Municipal de Educação. Mas isto também não significou avanços. A concepção continuava sendo assistencialista. Direções de creches foram indicadas, não existiam professores e as trabalhadoras eram terceirizadas. Denominadas pejorativamente de crecheiras, tinham péssimas condições de trabalho e dupla função. Os salários eram constantemente atrasados.

Em 2008, filiadas ao Sepe, iniciamos uma greve. Foi uma luta árdua e dura, mas conseguimos colocar para toda a sociedade a importância da Educação Infantil. Nossa mobilização garantiu a criação do cargo de AAC e o concurso público.

Porém, os ataques não acabaram. Os AACs assumiram o cargo acumulando a função de professor. Novas lutas ocorreram e em 2010 o governo criou o cargo



Educação infantil na luta, em manifestação na prefeitura

de PEI, professor com a mesma formação e carga horária do PII, mas com diferenças importantes. Os ataques continuaram e em 2012, AACs concursados foram

convocados como contratados.

O prefeito Eduardo Paes continua fazendo propaganda de que seu governo prioriza a Educação Infantil. Constantemente,

aponta os números crescentes da construção de EDIs e do aumento de matrículas através do PIC. Mas será esta a educação que queremos?

A origem do assistencialismo na Educação Infantil

A concepção de escola como conhecemos hoje, tem suas bases marcadas pelos ideais do Iluminismo e da Revolução Francesa. Naquele momento, a burguesia que tinha derrotado a nobreza, precisava consolidar-se no poder. Então era necessário superar “a barreira da ignorância” para garantir os pro-

cessos produtivos de trabalho para o capital e, posteriormente para o avanço industrial.

Para as crianças “menores” não existiam escolas, apenas asilos e orfanatos, que tinham como função “treiná-las” para a ideologia servil e tirá-las das ruas para gerar na população a sensação de “desenvolvimento”.

Com a urbanização e industrialização, estas instituições passaram a “abrigar” filhos de trabalhadoras, para liberar a força de trabalho. Portanto, a educação da primeira infância sempre foi encarada com o caráter assistencialista.

No Brasil, após anos de discussões do movimento sindical

e popular, garantimos que na LDB de 1996 a educação infantil fosse entendida como a primeira etapa da educação, portanto, um direito às crianças e uma obrigação do Estado. Porém, este fato não resolveu os problemas, nem garantiu o acesso da população a uma educação de qualidade.

Sobre os nossos direitos

1- POR QUE FALTA TUDO NA MINHA CRECHE/EDI?

A Prefeitura é a responsável por garantir reformas e compra de materiais para creches e EDIS's. A receita corrente líquida tem aumento ano após ano. No último bimestre significou aproximadamente R\$ 16 bilhões a mais. Só de FUNDEB, o governo Eduardo Paes deve à educação mais de R\$ 1 bilhão de reais. Portanto, não é verdade que não há dinheiro. A culpa não é das direções. O problema é que a maior parte das verbas que deveriam ser investidas na educação está enriquecendo banqueiros e empresários. Por isso, temos precárias condições de trabalho.

2- A PARALISAÇÃO PODE PREJUDICAR MINHA VIDA FUNCIONAL OU O ESTÁGIO PROBATÓRIO?

Não! O Superior Tribunal Federal reconheceu o direito de greve e a ilegalidade no desconto em folha de pagamento dos dias paralisados. Portanto ninguém pode ser prejudicado por fazer greve, mesmo que seja de 24 horas (paralisação). É um direito constitucional. Estas faltas não podem nem constar do relatório de estágio probatório. Caso sofra alguma ameaça, entre em contato com o SEPE.

3- POR QUE NÃO RECEBO NADA POR TER FEITO O PROINFANTIL OU POR TER FORMAÇÃO DE PROFESSOR?

O concurso para o cargo de AAC não respeitou a LDB. Porém, nenhum trabalhador pode ser penalizado pelo erro que o governo cometeu. Para que um AAC tenha qualquer aumento no seu vencimento por formação é necessário termos um Plano de Carreira.

4- O QUE É PLANO DE CARREIRA?

O Plano de Carreira é a ascensão e valorização salarial que todo trabalhador deve ter. No município do Rio de Janeiro os funcionários não estão incluídos no plano. Nossa reivindicação histórica é um plano que valoriza o tempo de serviço e formação. Assim, todos teriam aumento de 15% no vencimento de 5 em 5 anos, além do reajuste e dos triênios. Outro aumento seria pelo

estudo. Receberíamos o mesmo valor de um trabalhador concursado com a mesma formação. Por exemplo: um AAC com pedagogia ganharia o mesmo de um PII de 40h, cerca de R\$2.500,00 de vencimento.

5- É MAIS FÁCIL GANHAR GRATIFICAÇÃO? NÃO É MELHOR?

Gratificações são concessões que o governo dá aos trabalhadores para que eles não se mobilizem. Assim podem legitimar a precarização. Elas não resolvem nossos problemas, nem definem melhorias das condições. Há alguns anos, vários funcionários administrativos que atuavam nas secretarias escolares fizeram um curso de formação em informática. Receberam gratificação, mas ela não incide no vencimento, portanto não conta para triênios, 13º ou aposentadoria. Além disso, as condições de trabalho continuaram péssimas. Hoje estão em extinção, pois foi criado o cargo de secretário escolar. Como a gratificação não tem reajuste atualmente representa uma ínfima parte do salário.

6- O SEPE SÓ AJUDA PROFESSOR? A PARALISAÇÃO É PARA AAC TAMBÉM?

O Sepe é o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação. Representa todos os profissionais de educação professores e funcionários das redes públicas estadual e municipais do Rio de Janeiro.

Muitos sindicatos que tentam representar os trabalhadores em educação são fundados pelos governos ou por parlamentares ligados a prefeitos, simplesmente para evitar a mobilização dos profissionais de educação. Temos a carta sindical do Ministério do Trabalho que garante nossa legitimidade, mas para nós o importante é a legitimidade que conquistamos nas ruas, nas mobilizações e na luta.

Temos 36 anos de história de lutas independente dos governos. Acreditamos que somente a mobilização dos trabalhadores poderá de fato conquistar as vitórias necessárias para a melhoria da educação pública, gratuita e de qualidade.

O Sepe somos nós, nossa força e nossa voz!

acesse: www.seperj.org.br



Assembleia da rede do dia 22 de maio reforçou a luta contra o PL 1565

AACs exercem dupla função

Agentes Auxiliares de Creches continuam sobrecarregados, exercendo dupla função sem ter valorização salarial. Sem um Plano de Carreira Unificado, nem mesmo o PROINFANTIL pode ser usado como enquadramento por formação. Alguns vereadores prometem gratificações, mas a própria SME reconhece que estes valores não incidem sobre triênios, 13º salário ou aposentadoria.

A carência de profissionais é grande. As salas são superlotadas. O município do Rio de Janeiro é um dos únicos do país a ter 25 bebês por turma. Sem contar na inclusão que não garante o processo educativo dos deficientes.

Os prédios tem estrutura precária. Até os recém-inaugurados EDIs já apresentam problemas. Não há aulas de Linguagens Artísticas, Educação Física, nem Sala de Leitu-

ra. Professores Articuladores cumprem papel de Coordenação Pedagógica, sem receber por isso. Continuamente sofremos com o assédio moral. Constantemente faltam materiais pedagógicos e materiais básicos como fraldas/ sabão em pó.

A conquista dos nossos direitos e da Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, não virá da boa vontade de nenhum governo ou parlamentar. Só a luta muda a vida!

Boletim do Sepe

Boletim do Sepe - Rede Municipal Especial Educação Infantil - é uma publicação do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro - Fundado em 16 de julho de 1977
Sede central: Rua Evaristo da Veiga, 55, 7º/8º andares Centro - Rio de Janeiro/RJ CEP 20031-040
Tel.: 2195-0450
www.seperj.org.br
Realização: Secretaria de Imprensa do Sepe/RJ
Tiragem desta edição: 5.000